

Extensão Universitária e Divulgação Científica: encontros e desencontros

Marcelo Pereira¹, Cristofane da Silveira Queiroz²

E-mail para contato: mapereira@ufmg.br

Resumo: Este trabalho analisa concepções de divulgação científica e de extensão universitária a partir de uma retrospectiva histórico-conceitual para comparar os paradigmas que orientaram e orientam uma e outra.

Palavras-chaves: concepção, modelo, ciência.

Introdução

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Extensão Universitária e a Divulgação Científica estão abrigadas na mesma estrutura administrativa – a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). No trabalho de gestão política, nos deparamos com semelhanças e distinções, questionamentos sobre os limites de uma e de outra e perguntas sobre se elas constituem um mesmo objeto. Motivados por esses questionamentos, os autores apresentam um relato de pesquisa acerca das concepções e práticas de divulgação científica e de extensão universitária no caso brasileiro.

Metodologia

A abordagem proposta é a da evolução da Extensão e da Divulgação Científica, do ponto de vista conceitual, em perspectiva comparada, que possa evidenciar semelhanças e discrepâncias em suas trajetórias. A retrospectiva histórico-conceitual adotada compara os paradigmas que orientaram esses fazeres universitários, traçando convergências e divergências e o modo como elas culminam nas práticas e nas reflexões teóricas contemporâneas.

Resultados e Discussão

As primeiras experiências de extensão universitária se deram na forma de cursos e prestação de serviços, numa perspectiva de se instruir a população e difundir conhecimentos técnicos úteis, dentro de um paradigma de popularização da cultura e de uso da expertise universitária para o progresso conforme consolidado pelo Estatuto das Universidades de 1931 (QUEIROZ, 2018).

Na América Latina, o Movimento de Córdoba de 1918 foi responsável por oferecer contrapontos que viriam a modificar a concepção de extensão para uma ação de cunho político, atenta ao progresso social e aos problemas e peculiaridades locais (QUEIROZ, 2018). Foram a partir dos anos de 1960 que as concepções e as práticas extensionistas sofreram maior modificação. É nesse período que a extensão ganha importantes insumos advindos do pensamento de Paulo Freire, proponente de uma extensão como diálogo, comunicação não-hegemônica, interação da universidade com a sociedade, que se constituiu como uma grande bandeira no plano conceitual e discursivo (QUEIROZ, 2018).

A Constituição Federal de 1988 tem o mérito de ter instituído a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, elevando a extensão ao mesmo patamar do ensino e da pesquisa nas universidades.

Advém da Política Nacional de Extensão construída pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e publicada em 2012 o conceito de extensão adotado no Brasil hoje, referendado pelo Conselho Nacional de Educação, que reconheceu a extensão como atividade acadêmica

1 Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

necessária para formação do estudante:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. (BRASIL, 2018).

Também do FORPROEX advém as cinco diretrizes para a extensão universitária, utilizadas para a concepção e a avaliação da qualidade da prática extensionista. São elas: 1) interação dialógica; 2) interdisciplinaridade e interprofissionalidade; 3) indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; 4) impacto na formação do estudante e; 5) impacto e transformação social (FORPROEX, 2012).

Em suma, a extensão universitária evoluiu no Brasil no sentido de superação dos processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos, orientados pela lógica da assistência ou do comércio, para uma via de mão dupla, que estabelece troca de saberes – acadêmico e popular – e que produz conhecimentos resultantes do confronto com a realidade, com a participação efetiva da comunidade (FORPROEX, 2012).

De forma semelhante, a divulgação científica que predominou no século XX, no Brasil e no mundo, tinha como princípio o “modelo do déficit”. Bucchi (2009) resume assim as premissas de tal modelo: a) a opinião pública é desinformada sobre ciência; b) esta desinformação é alimentada pela cobertura midiática sensacionalista da ciência, por um pobre treinamento da população em ciência e um desinteresse generalizado. Por consequência destas premissas, a população tem um temor generalizado sobre a ciência.

A solução para sanar este diagnóstico do “déficit” seria diminuir a lacuna entre experts e o grande público. É proposto então um modelo linear e paternalista de comunicação, cujo objetivo é garantir apoio social para a ciência. O “modelo do déficit” ainda tem larga aceitação nas instituições científicas e orienta diversas ações: capacitação de jornalistas que cobrem ciência, festivais de ciência, entre outras.



Fonte: Castelfranchi e Fazio (2020)

Analisando a interação contemporânea entre ciência e público, Callon (1999) propõe três modelos explicativos: o da *instrução pública*, que coincide com o modelo do déficit previamente exposto; o do *debate público*, que reconhece uma complementaridade entre saberes científicos e leigos e propõe que o público leigo seja

convidado a dar seu ponto de vista e a comunicar suas experiências; o da *coprodução de saberes*, que extrapola os limites entre ciência e sociedade e propõe que o público leigo organizado participe diretamente na elaboração de conhecimentos que lhe afetam diretamente.

A pesquisa e a prática do campo da divulgação científica têm abandonado, ao menos no discurso, o modelo de deficit, e defendido práticas mais dialógicas de divulgação científica. Uma das razões para tal fato é que a premissa de que uma população mais informada apoia mais a ciência tem se mostrado falsa. Pesquisas realizadas na América Latina mostram que pessoas com menos informação não tem posição necessariamente hostil sobre a ciência. As atitudes dos cidadãos não dependem apenas de seu conhecimento, mas também de sua classe social, valores, posições políticas e confiança nas instituições. Como observam Castelfranchi e Fazio, “a falta de participação e diálogo pode conduzir a crise de confiança tanto ou mais que a falta de conhecimento sobre temas científicos” (CASTELFRANCHI e FAZIO, 2020, tradução nossa).

Assim, da mesma forma que, na extensão universitária, as diretrizes da Política Nacional de Extensão fomentam uma busca por ações mais dialógicas, na divulgação científica cada vez mais se busca tornar o público protagonista, e não apenas receptor da informação. Castelfranchi e Fazio (2020) propõe um arco-íris da divulgação científica, conforme os diferentes graus de participação do público.

É importante ressaltar, entretanto, que ações que se encaixam no “modelo do déficit” seguem tendo papel importante. Para Callon (1999) não há razão para que um modelo substitua completamente os demais. Algumas disciplinas, pela própria característica da prática científica, tem maior oportunidade de ser desenvolvida em diálogo com o público leigo, como é o caso da saúde, do meio ambiente, da educação, etc.

Considerações finais

Extensão universitária e divulgação científica têm similaridades importantes, caminhos e concepções muito próximos que convergem, atualmente, no sentido expandir a comunidade científica e reconhecer o papel do grande público como protagonista no desenvolvimento da ciência e do desenvolvimento social. Concluímos, por hora, que tanto a extensão quanto a divulgação científica, apesar de suas idiossincrasias e particularidades, são ambas formas de interação entre a ciência e a sociedade, e por isso mesmo a prática ocupa um lugar tão destacado quanto a própria reflexão teórica.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Edição e Publicações, 2010. Disponível em <www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/...05.../CON1988> Acesso em 10 jun. 2022.

BUCCHI, Massimiano. *Beyond Technocracy: Science, Politics and Citizens*. New York, NY: Springer New York, 2009. <https://doi.org/10.1007/978-0-387-89522-2>.

CALLON, Michel. “Des différentes formes de démocratie technique”. *Les Cahiers de la sécurité intérieure* 38 (1999): 35–52.

CASTELFRANCHI, Yurij, e María Eugenia FAZIO. *COMUNICACIÓN PÚBLICA DE LA CIENCIA*. CILAC Foro Abierto de Ciencias Latinoamerica y Caribe, 2021.

FORPROEX. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, PA/RS, 2012.

QUEIROZ, Cristofane da Silveira. A prestação de serviços extensionista na UFMG: das políticas às práticas. 2018. 304 f., enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B5TJ9K>>. Acesso em: 24 mai. 2022.